



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

# Mestrado em Ciências Empresariais

## Trabalho Final de Mestrado

A Crise Financeira Internacional e o seu impacto no Microcrédito em Moçambique.

Ana Raquel Marques Franco da Costa Rodrigues

Orientador:

Professor Doutor Pedro Verga Matos

Lisboa, Junho de 2013

ISEG/UTL

## Índice

I. AGRDECIMENTOS.....	3
II. RESUMO.....	4
III. ABSTRACT.....	5
GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. METODOLOGIA.....	9
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	10
3.1. A POBREZA.....	10
3.1.1. Definição do Conceito.....	10
3.1.2. Os Objectivos do Milénio e a redução da pobreza.....	11
3.1.3. O sistema Financeiro como parte do problema.....	13
3.2. MICROFINANÇAS.....	14
3.2.1. O Conceito.....	14
3.2.2. As críticas ao modelo.....	15
3.2.3. Microfinanças: Da Teoria à prática.....	17
3.2.4. A auto-sustentabilidade.....	22
3.3. A CRISE ECONÓMICA MUNDIAL.....	24
3.3.1. A Crise Económica - 2008.....	24
3.3.2. A Crise e os seus efeitos no microcrédito.....	26
4. O CASO PRÁTICO DE MOÇAMBIQUE.....	29
4.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL.....	29
4.2. MOÇAMBIQUE E OS OBJECTIVOS DO MILÉNIO.....	32
4.3. A INFLUÊNCIA DO MICROCRÉDITO.....	34
4.4. O IMPACTO DA CRISE NO MICROCRÉDITO EM MOÇAMBIQUE.....	36
5. SÍNTESE.....	38
5.1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES.....	38
5.2. INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

## I. Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Pedro Verga Matos, meu orientador, pela disponibilidade, ajuda, colaboração, paciência e entrega que teve ao longo de todo este processo.

Quero também agradecer aquele que tornou este trabalho possível, através do seu apoio incondicional, pela sua ajuda, motivação e paciência, ao meu namorado. Finalmente quero agradecer aos meus pais, avó, irmão, cunhada e sobrinha, pelo incentivo e a motivação imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Um sincero obrigado!

Obrigada a todos.

## II. Resumo

Este estudo pretende analisar o impacto da crise financeira internacional no microcrédito em Moçambique. Utilizando a metodologia de estudo de caso, começamos por procurar compreender o impacto da pobreza no mundo, e desta forma tentar perceber como as microfinanças aparecem para tentar solucionar este problema. Assim sendo, tentar-se-á verificar como as microfinanças se introduzem nos países, o que oferecem e como o oferecem. Sendo a crise financeira de 2008 uma das grandes variáveis em questão, torna-se claro a necessidade de validar qual o seu impacto nos mercados, em especial no caso de Moçambique, o nosso estudo de caso. Neste sentido, percebemos que um dos motivos para o grande impacto desta crise deve-se, principalmente, ao facto da grande maioria dos países se encontrarem num mercado cada vez mais globalizado, onde Moçambique, por motivos específicos e detalhados neste estudo, não se encontra inserido. Com o avançar deste estudo afastamo-nos ainda mais da possibilidade das instituições de microfinanças, em Moçambique, sofrerem com a crise económica mundial, sendo que o principal driver para este acontecimento, advém do facto destas instituições de microfinanças terem o mesmo propósito de lucro dos bancos comerciais, com a vantagem de não estarem dependentes de doadores externos. Por outro lado, a capacidade destas instituições, que se encontram protegidas e com diferentes estratégias de evolução, em conseguir superar a perda de investidores externos, acaba por ser superior às que não têm como principal foco a obtenção de lucro.

Palavras-Chaves: Microfinanças, Microcrédito, Pobreza, Crise Financeira Internacional, Moçambique.

### III. Abstract

This study aims to analyze the impact of international financial crisis on microcredit in Mozambique. We begin this investigation by trying to understand the impact of poverty in the world and how microfinance appear to solve this problem, using the case study methodology. Therefore, we will try to realize how microfinance were introduced in those countries and the offers that were also related to them.

As we can see, the financial crisis of 2008 is one of the major reason to this event, becoming evident the need to validate their impact in the markets, especially in the case of Mozambique. In this sense , we realize that one of the reasons for the great impact of this crisis is due mainly to the fact that most countries are in a market that is increasingly globalized , where Mozambique is not included. Detailing this analysis, it is removed the possibility of microfinance institutions in Mozambique to being affected by the global economic crisis, and the main driver for this event comes from the fact that these microfinance institutions have the same purpose of profit commercial banks , with the advantage of not being dependent on external donors. Moreover, the ability of these institutions, which are protected with different evolution strategies in getting over the loss of outside investors, turns out to be greater than among those whose main focus is the profit.

Word-Key: Microfinances, Microcredit, Poverty, Internacional financial crises, Mozambique.

## Glossário de Abreviaturas

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IED – Instituto de Estudo para o Desenvolvimento

IMF – Instituição de Microfinanças

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organização Não-Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

## 1. Introdução

Com os níveis de pobreza a afectarem, cada vez mais, milhões de pessoas em todo o mundo, têm sido criadas e desenvolvidas novas propostas para combater eficazmente este grande problema. A solução sobre a qual nos vamos debruçar foi encontrada por Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank de Bangladesh na Índia, e passou por tornar o crédito num serviço capaz de servir toda a população, através da disponibilização de pequenas quantias de dinheiro e sem exigir quaisquer garantias.

Neste sentido, surgem as microfinanças, que se apresentam então como instrumento de superação das restrições financeiras e correlativas dos mais carenciados, para que as suas capacidades possam ser desenvolvidas e melhoradas. (Dias & Psico, 2008)

A ONU, através dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, desenvolveu metas e objectivos, por forma a ajudar no combate a pobreza, entre outras preocupações mundiais. (IED , 2010)

No início, as instituições de microfinanças sobreviveram e expandiram-se através de ajudas de doadores externos, mas logo começaram à procura da sua sustentabilidade e da sua independência económica. Este foi e continua a ser um dos maiores desafios com os quais as microfinanças se deparam na actualidade.

Recorrendo a uma metodologia próxima de um estudo de caso descritivo, tentaremos compreender como se encontra Moçambique a nível económico-social e como se enquadra o microcrédito nesta realidade, tentando também perceber qual o impacto da crise global de 2008 neste instrumento financeiro, através do levantamento de alguns dos indicadores mais importantes.

Concomitantemente, dá-se uma importância cada vez maior a de se combater eficazmente a pobreza através, não só, da criação de mais instituições de microcrédito

mas, acima de tudo, através de tornar mais eficiente aquelas que já foram criadas e desenvolvidas, com o objectivo de se tornarem definitivamente uma real mais-valia para o mundo os mais carenciados, sendo importante entender em que medida esta internacionalização da crise financeira global poderá afectar estas instituições.

Este estudo encontra-se estruturado em 5 capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada como base no desenvolvimento desta dissertação. No segundo capítulo será desenvolvido todo o enquadramento teórico, explicando inicialmente a questão da pobreza, definindo o conceito e avaliando a sua relevância, aos Objectivos do Milénio. De seguida descrevem-se as microfinanças, desde a sua concepção à sua aplicação prática, classificando ainda as principais críticas levantadas como instrumento de combate a pobreza, fazendo depois a ponte com a crise económica e financeira mundial, percebendo qual foi o seu impacto no microcrédito. No terceiro capítulo é então apresentado o caso prático de estudo de Moçambique. Aqui será analisada a sua situação económica e social e a sua relação com o microcrédito, percebendo como este funciona no país, fundamentando com algumas comparações com outros países africanos. Por ultimo, no quinto quarto apresenta-se algumas conclusões, assim como algumas sugestões para estudos futuros.

Em síntese, pertende-se aprofundar à seguinte questão de investigação: “Qual o impacto que a crise financeira internacional está a ter no funcionamento das instituições de microcrédito em Moçambique?”

## 2. Metodologia

Como mencionado anteriormente, para a elaboração deste estudo será necessário responder a uma questão de investigação:

- Qual foi o impacto da crise financeira internacional no microcrédito em Moçambique?

Por forma a responder a questão de partida, iremos apoiar-nos na metodologia próxima de estudo de caso.

Um estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação adequada para compreender, explorar ou descrever acontecimentos ou contextos complexos. Esta é uma metodologia que se apresenta como adequada quando o investigador procura descrever ou analisar, de forma profunda e global, o fenómeno, o programa ou o processo. (Yin, 1994) Em concordância com Ponde (2006), esta metodologia é uma investigação que se apoia deliberadamente numa situação específica, procurando descobrir nela o que tem de característica e, deste modo, contribuir para o entendimento global de um fenómeno de interesse. As características deste método passam por observar um fenómeno no seu estado natural, não existindo uma necessidade de especificar as variáveis e onde são utilizadas múltiplas fontes de dados para obter informações necessárias para o estudo. (Benbasat, Goldstein, & Mead, 1987)

Desta forma podemos verificar que, para avaliarmos o impacto da crise financeira no microcrédito em Moçambique, temos que descrever e analisar o fenómeno da crise em Moçambique e como esta região reagiu quando a crise assombrou a Europa e o mundo. Várias fontes de evidências serão analisadas, onde retiramos o máximo de informação possível, nomeadamente o repositório *b-on* e a *mylibrary*.

Com a informação adquirida, o nosso objectivo principal focou-se em formar uma cadeia de evidências por forma a chegarmos às respostas procuradas.

### 3. Enquadramento Teórico

#### 3.1. A Pobreza

##### 3.1.1. Definição do Conceito

No século XXI certos indicadores tornaram-se dominantes na nossa sociedade, sendo que um exemplo claro desses indicadores é o indicador da pobreza.

Este indicador é definido pela percentagem de população que se encontra, pelo menos, numa das seguintes condições: 1) Em risco de pobreza, ou seja, abaixo do limiar de pobreza<sup>1</sup>; 2) ou numa situação de privação material severa; 3) ou por fim, vivendo num agregado com uma baixa intensidade de trabalho<sup>2</sup>. (Anti-Pobreza, 2012) De acordo com Lavinias (2003), a pobreza é um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Na perspectiva da autora podemos admitir que ser pobre, é ter a nossa humanidade ameaçada, seja pela não satisfação das nossas necessidades básicas, ou pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação das mesmas. (Lavinias, 2003)

Em concordância com o Banco Mundial, a definição de pobreza é clara, todas as pessoas que vivem com US\$1 ou menos por dia, são pessoas que se encontram a viver na pobreza. No ano de 2001, um bilião de pessoas vivia com níveis de consumo inferiores ou iguais a US\$1, ou seja, viviam na pobreza. (The World Bank , 2011)

Com a falta de investimento nos chamados activos cruciais, como é o caso da terra que cultivam ou da educação, a produtividade daqueles que são os mais carenciados irá continuar baixa o que torna muito difícil a sua saída do ciclo vicioso da pobreza. (Torre,

---

<sup>1</sup> O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos.

<sup>2</sup> E o ratio entre o número de meses que os membros de um agregado em idade ativa trabalham durante o ano de referência do rendimento e o número total de meses que poderiam teoricamente sido trabalhados pelos mesmos membros do agregado. As pessoas que vivem em agregados com uma baixa intensidade de trabalho são definidas como pessoas de todas as idades (dos 0 aos 59 anos) vivendo em agregados onde os adultos (com idades entre os 18 e os 59 anos, excluindo os estudantes entre os 18 e os 24 anos) trabalham menos que 20% do seu potencial, durante 12 meses.

Giné, & Vishwanath, 2011) De acordo com Barr, Michael S. (2005) os pobres raramente são considerados importantes para o desenvolvimento macroeconómico de um país, justificando desta forma, a sua exclusão. Sendo a sua inclusão e a ajuda aos mesmos um apelo ao qual o mundo moderno deve responder, para que se consiga reduzir a pobreza no mundo.

### **3.1.2. Os Objectivos do Milénio e a redução da pobreza.**

Tendo em consideração as dificuldades e as necessidades que os mais pobres enfrentam, diversos países uniram-se por forma a combater a pobreza mundial. A ONU<sup>3</sup>, como organização coordenadora deste projecto, reuniu-se com diversos países com o propósito de elaborar a declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que representou um marco da cooperação internacional. Esta iniciativa teve como objectivo melhorar a vida de milhões de pessoas no mundo inteiro.

De forma a tornar o progresso humano cada vez mais eficiente, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio acordou, entre os 189 Estados Membros das Nações Unidas, oito objectivos globais a serem atingidos até 2015. Estes objectivos passaram por:

1º Objectivo - Erradicar a pobreza extrema e a fome - Neste sentido definiram-se duas metas, sendo a primeira reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia e, a segunda meta, a de reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas) É preciso também ter em conta que, com os efeitos da crise, podemos deduzir que, em

---

<sup>3</sup> ONU – Organização das Nações Unidas

2015, as taxas de pobreza serão ligeiramente mais elevadas do que aquilo que seria esperado, sendo que esta situação se deverá manter até meados de 2020. (IED , 2010) ;

2º Objectivo - Alcançar o ensino primário universal - A meta definida para este objectivo passou por garantir que todos os rapazes e raparigas consigam terminar o ciclo completo do ensino primário;

3º Objectivo - Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher - A meta proposta para ser atingida passa por eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, até 2005, e a todos os níveis até 2015;

4º Objectivo - Reduzir a mortalidade infantil – A meta definida remeteu para a redução de dois terços da taxa de mortalidade de pessoas com idades inferiores a 5 anos.

5ª Objectivo - Melhorar a saúde materna, reduzindo em três quartos a taxa de mortalidade materna.

6º Objectivo - Combater a SIDA, a malária e a outras doenças – As metas que os 189 Estados se propuseram, passaram por deter e começar a reduzir a propagação da SIDA, e começar a reduzir a incidência da malária e outras doenças consideradas graves.

7º Objectivo - Garantir a sustentabilidade ambiental – Para este objectivo definiram-se metas desde a integração de princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, passando pela redução para metade, da percentagem de população sem acesso permanente a água potável e, por fim, melhorar a vida de pelo menos 100.000 habitantes em bairros degradados, isto até 2020.

8º Objectivo - Criar uma parceria global para o desenvolvimento – Neste objectivo as metas traçadas passaram por continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro

multilateral aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias, incluindo um compromisso em relação a uma boa governação no desenvolvimento e na redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional. Definiu-se também como meta para este objectivo, tentar solucionar de forma global os problemas de dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas)

Os objectivos referidos, representam uma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, onde o que se pretende é criar uma coesão social a nível mundial, que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas)

### **3.1.3. O sistema Financeiro<sup>4</sup> como parte do problema**

A exclusão do serviço financeiro de mais de dois biliões de adultos em todo o mundo, é um problema preocupante para o desenvolvimento económico e social, como por exemplo, a falta de acesso ao crédito, as dificuldades de depósitos e de aquisição de seguros. Deste modo as IMF<sup>5</sup> podem fazer a diferença entre sobreviver e prosperar, uma vez que estas pessoas têm cada vez menos poupanças para emergências, e pouca protecção contra choques inevitáveis ou imprevisíveis da vida. (Culpeper, 2012) A justificação dos bancos para a exclusão dos mais pobres prende-se no facto das pessoas não conseguirem apresentar garantias, uma vez que aquilo que podem oferecer como garantia não compensa o risco que está associado aos seus empréstimos. (Morduch, 2000)

---

<sup>4</sup> O sistema financeiro é o conjunto de instituições financeiras que asseguram, a canalização da poupança para o investimento nos mercados financeiros, isto através da compra e venda de produtos financeiros. (Associação Portuguesa de Bancos )

<sup>5</sup> IMF - Instituições de Microfinanças

Balkenhol (2008) admite que, sob a maioria das circunstâncias, o mercado por si só não têm meios para garantir a distribuição justa de benefícios e custos na alocação de recursos financeiros por toda a população. De acordo com Morduch (2000), as pessoas sofrem com as desigualdades e vivem excluídas, sendo que esta exclusão passa também pelo sistema financeiro formal<sup>6</sup>.

Em concordância com Culpeper (2012), o financiamento não deve ser considerado como uma mercadoria igual a qualquer outra, em vez disso, o financiamento deve ser visto como um bem público: é um elemento vital da economia sendo também do interesse da sociedade que o sistema financeiro seja estável e sólido. (Culpeper, 2012)

Podemos assim verificar que o sistema financeiro formal opta por não efectuar financiamento aos mais necessitados, não só porque enfrentam elevados custos de transacção por cada empréstimo efectuado em pequena escala, mas também por se tornar muito difícil determinar o grau de risco quando os clientes se encontram a trabalhar no sistema informal<sup>7</sup>, levando estas pessoas para fora do sistema financeiro. (Dieckmann, 2007)

## **3.2. Microfinanças**

### **3.2.1.0 Conceito**

Após se verificar que um dos problemas que contribui para a elevada taxa de pobreza se encontra no próprio sistema financeiro formal, tornou-se importante encontrar uma solução que contornasse este problema e que garantisse às populações que este já não seria mais uma barreira para o seu desenvolvimento. Tendo em conta esta situação, as

---

<sup>6</sup> Sistema Financeiro Formal – Aquele que é regulado e fiscalizado pelo Estado. As suas operações são padronizadas com prazos de amortizações predefinidos. (Rocha & Mello, 2004)

<sup>7</sup> Sistema Informal – O sistema informal é composto por profissões que não contribuem para a subsistência do Estado, como vendedores ambulantes, comerciantes, quiosques, lojas de restauração e táxis. (Srncac, Výborná, & Havrland, 2009)

microfinanças podem ser uma das soluções. (Dias & Psico, 2008) De acordo com Aghion and Morduch (2004), as microfinanças aparecem através da fundação do Grameen Bank de Bangladesh, na Índia, que acabou por ser um marco para a resolução de problemas relacionados com a pobreza e a exclusão da população. Esta instituição de financiamento foi fundada por Muhammad Yunus em 1976 na Índia, e começou por emprestar algum dinheiro a um grupo de pequenos comerciais e artesões, na sua maioria, do sexo feminino. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009)

Quando se fala em microfinanças, entende-se que esta se refere na sua totalidade ao microcrédito, mas a verdade é que microfinanças é um conceito mais abrangente, que inclui seguros, serviços transacionais e importantes programas de poupanças. (Barr, 2005) Podemos assim definir, as Microfinanças, como o fornecimento de uma gama de serviços financeiros, que além de crédito, oferece opções de seguro e oportunidades de economizar. (Weber, 2004)

As microfinanças são consideradas armas eficazes na luta contra a pobreza, e a prestação de serviços financeiros, que estas proporcionam às famílias muito pobres, cria oportunidades para estes conseguirem possuir e acumular bens para, desta forma, conseguirem alterar a sua condição económica. (Weber, 2004) As microfinanças desenvolvem-se na seguinte lógica: estão direccionadas para os mais carenciados; têm um grande impacto social; e por fim, procuram atingir viabilidade financeira. (Dias & Psico, 2008)

### **3.2.2. As críticas ao modelo**

Apesar do balanço positivo das microfinanças, o seu modelo acabou por levantar algumas críticas. Críticas essas que sugerem que este não tem resultado numa redução

sustentável da pobreza e que não ajudou ao desenvolvimento económico, como iremos verificar. Os países em vias de desenvolvimento, têm reduzido a pobreza e enriquecido usando uma série de intervenções estatais coordenadas com instituições financeiras e estratégias de investimento. As críticas vão mais além, apontando-se para o facto de faltarem, dentro das microfinanças, economias de escala<sup>8</sup>, o que acaba por ser prejudicial para o crescimento da economia. Desta forma, as empresas nos países em vias de desenvolvimento, vão ter menos de um décimo do tamanho das empresas das economias emergentes, por não conseguirem otimizar a sua produção. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009)

Uma outra crítica, suportada relativamente aos empréstimos de grupo, reside na existência de algumas variantes que podem falhar nestes empréstimos, se no mesmo grupo existirem pessoas da mesma família, ou dentro do grupo do empréstimo, ou até mesmo naqueles que fazem a triagem e colocam as pessoas como aptas para receberem o empréstimo. Esta situação pode ser difícil para o programa suportar, podendo assim ser possível conspirar contra o mesmo e atrasar o reembolso. (Hermes & Lensink, *The Empirics of microfinance: What do we know?*, 2007)

Outro alvo das críticas passa pelo próprio Governo, sendo que estas referem que o maior reconhecimento do microcrédito leva a que este seja usado pelos governos como uma desculpa para reduzir as melhorias em áreas como a saúde, a educação e as estradas, desculpando-se com o facto de o seu dinheiro estar a ser aplicado no microcrédito. (Dossey, 2007) Nesta sequência, acredita-se também que muitos outros sectores de actividade, candidatos para o seu desenvolvimento, podem ter saído prejudicados com o entusiasmo que se dá ao sector das microfinanças. (Sinclair, 2012)

---

<sup>8</sup> redução dos custos unitários de um produto em consequência do aumento do volume absoluto de produção por período. (Benston, 1972)

Um lado negativo nas microfinanças é a possibilidade do mutuário poder aceder a empréstimos paralelos em outras IFM, ou até numa instituição bancária. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009) Caso esta situação venha a suceder, a viabilidade dos programas de microcrédito fica comprometida, pois a preocupação do mutuário com o reembolso do empréstimo contraído é menor. (Hermes & Lensink, *The Empirics of microfinance: What do we know?*, 2007)

Por último é referido também que, com o microcrédito, começou por surgir uma diminuição da intenção de solidariedade social nessas comunidades. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009) Focalizando-se nas mulheres como o seu grupo alvo, o que acabou por criar sobre elas uma imagem que as torna as únicas guardiãs morais e financeiras da família, colocando de parte a possibilidade dos homens serem capazes de habilitar as suas famílias a saírem da pobreza, através do microcrédito. (Dossey, 2007)

### **3.2.3. Microfinanças: Da Teoria à prática**

As microfinanças são infraestruturas feitas de um número de diferente de operadores que têm na maior parte das vezes a missão de servir, de forma inovadora, as pessoas financeiramente excluídas. Com isto pretende-se ajudar a reduzir a pobreza, a desenvolver o bem-estar social, a emancipação e a inclusão de todos aqueles que nos sistemas financeiros formais não podem contrair um empréstimo. (Milana & Ashta, 2012) De acordo com Dias e Psico (2008) as microfinanças podem ser definidas como a prestação de serviços financeiros, aqueles que no sistema bancário formal não conseguem contrair um empréstimo como por exemplo: o crédito de diversos tipos, depósitos, contas poupança, seguros, entre outros. Os empréstimos envolvem montantes unitários e reduzidos, que são emprestados a entidades individuais ou colectivas,

formais ou informais, de baixo rendimento e que por essas mesmas razões estavam excluídas do sistema bancário tradicional. (Dias & Psico, 2008)

O microcrédito surgiu como uma solução para os pequenos operadores económicos das zonas rurais e urbanas que foram excluídas das estruturas financeiras clássicas, juntamente com todas as pessoas carentes que queriam desenvolver uma actividade económica de geração de renda para aumentar o seu bem-estar e a da sua família. Desta forma as microfinanças proliferam em países em vias de desenvolvimento, com escassez de infra-estruturas bancárias. Em alguns continentes, como é o caso de África, Ásia, América Latina e da Europa Oriental, menos de 20% da população têm uma conta bancária. (Ayayi & Sene, 2010)

De acordo com Dieckmann (2007), os auto-geradores de fundos, como a família e os amigos, têm sido fulcrais na hora de pedir financiamento, sendo mesmo a primeira escolha daqueles que mais precisam. Estes empréstimos são geralmente de curto prazo, flexíveis e dependentes de uma estreita relação entre o mutuário e o credor. Uma das outras opções para obter financiamento é junto dos agiotas. Estes são conhecidos por emprestarem uma parte significativa do seu tempo e do seu dinheiro geralmente por períodos curtos. As taxas de juros são relativamente altas, mas os custos de transacção são baixos e o reembolso é normalmente rápido. (Buckley, 1997) Como tal, o microcrédito acaba por ser muitas vezes a única alternativa para se evitar pagar taxas de juros excessivas que são praticadas pelos agiotas ou por outras casas de penhores. (Dieckmann, 2007)

Podemos então concluir que o microcrédito é um crédito destinado à população mais pobre ou que se encontra desempregada, sem precisar de qualquer garantia, por forma a ajudá-los a viver melhor. O microcrédito vem ajudar a população a pagar os seus

empréstimos anteriores e a iniciar o seu próprio negócio. Comparando com os empréstimos chamados “padrão” das instituições financeiras, a quantidade de crédito é inferior e o ciclo de crédito é mais curto. Apesar de ser um empréstimo de pequena dimensão, estes podem ser essenciais para a criação de actividades geradoras de rendimento e de criar forma de vida sustentáveis. (Helmores, Chidiac, & Hendricks, 2009) O microcrédito é um instrumento necessário mas não uma condição suficiente para a promoção de microempresas, mais importante que o dinheiro será a identificação de oportunidades, da formação técnica, entre outras coisas que são necessárias. (Chowdhury, 2009)

A maior parte das IFM, além dos seus serviços de crédito oferece também programas educativos para os seus negócios, como o facto de acompanhar a gestão e ajudar a potencializar o seu negócio ou a sua actividade. Os investimentos podem ser mais rentáveis quando as pessoas têm acesso à formação, o que pode melhorar as suas próprias habilidades. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009) Os programas e as instituições preparam os seus funcionários para que estes treinem os seus clientes sendo que este treino inclui diversos temas, como o atendimento ao cliente, a compra de material, marketing, gestão do tempo, contabilidade e planeamento para o futuro. (Helmores, Chidiac, & Hendricks, 2009)

Com foco no combate à pobreza, a ONU proclamou o ano de 2005 como o ano do microcrédito, tentando assim promover mundialmente os benefícios e a potencialidade da indústria das microfinanças, mostrando desta forma que o microcrédito é um factor essencial para reduzir a pobreza em países em vias de desenvolvimento e em países já desenvolvidos. (Dieckmann R. , 2007) O problema surge pelo facto dos bancos

tradicionais terem dificuldades em distinguir entre mutuários que podem ser considerados como: “arriscados” e “seguros”. (Helmores, Chidiac, & Hendricks, 2009)

As instituições de microfinanças podem ser classificadas em três grandes categorias: as instituições informais; as instituições semiformais; e as instituições formais. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009)

As instituições informais, como é o caso das associações de crédito, ou da própria família, são fornecedores de serviços de microcrédito de forma voluntária, não estando assim sujeitos a qualquer tipo de controlo ou de regulamento. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009) O sector Informal, domina as áreas rurais, é barato e está disponível para os clientes mais pobres, mas não é totalmente transparente pois baseia-se sobre o depósito de membros das IMF. O seu financiamento é de auto-ajuda, através de associações sem fins-lucrativos e de lucro. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009)

As instituições semiformais, que são normalmente entidades registadas e reguladas pelo Estado, estão sujeitas a legislação mas não se encontram sobre a regulação bancária. Estas instituições podem ser definidas como intermediários microfinanceiros e representam a categoria mais tradicional do IFM sendo que, o serviço maioritariamente prestado é o de crédito. Nesta categoria encontram-se vários tipos de instituições com complexidade estrutural e organizacional diferente, como por exemplo, as ONG<sup>9</sup> financeiras. Estas operam através da oferta do microcrédito, como parte de projectos de desenvolvimento, muitas vezes combinados com a oferta de assistência técnica e de intervenção social para outros beneficiários. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009)

---

<sup>9</sup> ONG – Organizações não governamentais.

Por fim, temos as instituições formais, nas quais os seus serviços vão para além da oferta de crédito. Estas são também instituições de captação de depósitos, o que leva, por estas razões, a que estejam sujeitos a regulação bancária. Nos últimos anos, as instituições formais incluem bancos comerciais e bancos de grupos. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009) O sector formal domina as áreas urbanas e representa um modelo transparente e menos acessível para os clientes pobres, sendo que o seu objectivo principal passa, essencialmente por garantir a sua sustentabilidade, do que pelo combate à pobreza. Este sector está sujeito a supervisão do Estado, e o seu objectivo principal não se encontra totalmente direccionado para o combate à pobreza no mundo.

Em grande medida, as IMF's que se encontram espalhadas pelo mundo, têm como missão combater a pobreza, na verdade, é seguro prever que enquanto as IMF's existirem as pessoas mais pobres serão capazes de investir em actividades geradoras de renda, acumular poupança, colocando a sua família numa situação financeira mais segura e, conseqüentemente melhorar as suas vidas. (Helmore, Chidiac, & Hendricks, 2009)

Por forma a explicar o seu funcionamento, podemos verificar que num momento inicial, as instituições de microfinanças preferiram aplicar o princípio dos empréstimos em grupo, ou seja, uma instituição de microfinanças empresta um pequeno montante de dinheiro a um indivíduo, que pertence a um grupo de 5 a 20 pessoas no seio da sua comunidade. Em concordância com a situação, o grupo tem o dever de monitorizar o comportamento do indivíduo em relação ao empréstimo que lhe foi financiado e assegurar deste modo a disciplina do mutuário. (Dieckmann, 2007) Esta conduta só é possível porque, desde o momento em que as IMF fazem uma triagem dos possíveis beneficiários do microcrédito, a comunidade é envolvida, sendo que é a eles lhes cabe a

avaliação dessa triagem, de acordo com o conhecimento que eles têm das pessoas da sua comunidade. Por fim, antes de se juntar o novo cliente a um grupo, este deve aprová-lo e antes de receber o empréstimo, o cliente terá que receber formação para saber gerir o seu empréstimo. Esta abordagem reflecte então a forma como os empréstimos são geridos no continente Africano. (Helmore, Chidiac, & Hendricks, 2009) Esta situação só é possível porque o grupo associado a um empréstimo é um grupo de pessoas que se conhecem e que se encontram com regularidade. Só assim é que estes aceitam cobrir o risco caso uma delas não consiga reembolsar o seu empréstimo. (Dias & Psico, 2008) Neste sentido é dado ao grupo a autoridade de impor sanções sociais caso exista um desvio no comportamento do mutuário ou, se necessário, impedi-lo de realizar projectos de risco. (Dias & Psico, 2008) Consequentemente, a motorização acaba por ser mais fácil do que a que um banco teria de executar. Com receio de sofrerem sanções sociais no seio da sua comunidade, os mutuários declaram as suas realizações e o lucro real, forçando-se a pagar a horas o que foi acordado. (Aghion & Morduch, 2004)

O facto de os credores terem interesse em receber novos empréstimos da mesma fonte, mas com um montante mais elevado do que aquele que lhes foi concedido na primeira vez, leva ao sucesso das taxas de reembolso do microcrédito. (Dieckmann, 2007)

Actualmente o número de interessados no microcrédito e que não se encontram abrangidos pelo mesmo, excede a oferta actual do microcrédito de forma significativa. Enquanto as IFM servem actualmente cerca de 100 milhões de micro-mutuários em todo o mundo, a procura potencial total está estimada em cerca de 1 bilião de pessoas às quais o microcrédito ainda não teve oportunidade de ajudar. (Dieckmann, 2007)

#### **3.2.4. A auto-sustentabilidade**

A procura pela sustentabilidade Financeira apresenta-se como algo crucial para a sobrevivência das IMF`s, uma vez que os doadores externos que as ajudam a subsistir, não podem ser vistos como um dado adquirido. Assim, a sustentabilidade financeira de uma IMF pode ser definida como a sua capacidade de cobrir toda a sua despesa e gerar uma margem para financiar o seu crescimento.

Todas as IMF`s referidas anteriormente são dependentes de doadores. (Ayayi & Sene, 2010) Actualmente, um grande número de programas de microfinanças ainda se encontra dependente de subsídios de doadores por forma a atender os custos elevados das suas filiais e dos seus programas, o que significa que os muitos programas não são financeiramente sustentáveis. (Hermes, Microfinance: Its impact, outreach, and sustainability, 2011) A estrutura de financiamento de um IFM segue um certo padrão durante o seu ciclo de vida. Enquanto, por um lado, o arranque das IFM está caracterizado por uma dependência de doações feitas, com o tempo começam a apresentar uma alavancagem maior de endividamento, através de empréstimos nacionais ou estrangeiros. Isto irá fazer com que as instituições evoluam para instituições financeiras mais formais ou IFM regulamentadas. Neste sentido, para que as microfinanças se tornem numa ferramenta de desenvolvimento sustentável, estas não devem ser dependentes de ajuda externa, porque a maioria das políticas de ajuda ao redor do mundo acabam por falhar, e se elas se encontrem dependentes destas ajudas acabam por falhar também. (Ayayi & Sene, 2010)

Como já foi referido anteriormente, o microcrédito sofre, ao início, uma grave dependência de investidores externos. Estes investidores representam, por um lado, as instituições financeiras internacionais, tais como agências de desenvolvimento bilaterais

ou multilaterais, como é o caso do Banco Mundial e do Banco Europeu. (Dieckmann, 2007)

Em concordância com Dieckmann (2007), os investidores do sector privado demonstram cada vez mais interesse em investir nas microfinanças. Pois estas fornecem duas oportunidades, através da atractividade das microfinanças, ou seja, da sua natureza dual, ao mesmo tempo que os investidores contribuem para aliviar a pobreza nos países em desenvolvimento e, assim, vão promovendo também o desenvolvimento do sector das microfinanças, e também devido ao seu perfil de risco-retorno atraente. (Dieckmann, 2007)

As instituições de microfinanças conseguem cada vez mais atingir a auto-sustentabilidade financeira ao atrair fluxos de capital privado para a sua missão de redução da pobreza. Os fluxos privados são capazes de criar melhores condições para uma maior sustentabilidade comparativamente às instituições públicas, uma vez que os governos estão a reduzir no investimento para o desenvolvimento das instituições de microfinanças. Concomitantemente, as IMF acabam por ter mais dificuldades em confiar em dados inconstantes. (Barr, 2005)

As instituições de microfinanças têm forte potencial para desempenhar um papel social em algumas sociedades e as microfinanças podem ajudar a fomentar a demanda interna por mudanças políticas sobre a repressão financeira, incluindo controlos das taxas de juros da flexibilização. (Barr, 2005)

### **3.3. A Crise Económica Mundial**

#### **3.3.1. A Crise Económica - 2008**

Esta crise financeira é descrita como tendo sido provocada pelo colapso da bolha imobiliária em 2008 e foi ampliada pelos mercados que se encontram cada vez mais globalizados, ou seja, em tempos de expansão económica os bancos aumentaram o fluxo dos seus empréstimos ao aceitar mutuários menos dignos de crédito, que apresentavam menos garantias às instituições. Com a chegada da crise, essas pessoas que já na altura não tinham muitas garantias, passaram a ter maior dificuldade em pagar os seus empréstimos. Com isto os bancos começaram a não ter liquidez com uma taxa cada vez maior de pessoas a não pagarem os seus empréstimos levando a que estes se retraíssem, agravando ainda mais a crise da liquidez da economia real. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009)

Esta queda da actividade económica acaba por ser o principal canal através do qual as crises financeiras podem sortir algum impacto sobre o indicador da pobreza. (Nikoloski, November 2011)

A crise económica e financeira mundial começou por atacar as economias mais avançadas da América do Norte e da Europa, no ano de 2008, desencadeando quebras acentuadas nas exportações e nos preços dos produtos e acabou por reduzir consequentemente o comércio e o investimento, o que resultou também num abrandamento do crescimento nos países em vias de desenvolvimento. (Huijsman, 2011) Em 2008, os bancos foram os primeiros a sentirem os efeitos da crise e a precisarem da ajuda do Estado. Esta crise bancária acabaria por colocar ainda mais pressão sobre o sistema financeiro e sobre a capacidade de o mesmo conseguir realizar empréstimos, pois a confiança naquele que requer o empréstimo, em tempos de crise económica acaba, por ser ainda mais baixa. Deste modo os bancos apresentaram menor abertura para realizar empréstimos, em especial naqueles que têm como fundamento ajudar o consumo. (Nikoloski, November 2011)

As estimativas do Banco Mundial, que foram recentemente actualizadas, sugerem que, devido à crise, em 2009 terão havido mais 50 milhões de pessoas a viver na pobreza do que se não tivesse havido crise, um número que, até ao final de 2010, terá aumentado para aproximadamente 64 milhões, sendo que as regiões mais afectadas foram a África Subsariana, o Sudeste Asiático e o Leste Asiático. (IED , 2010)

Como se referiu anteriormente, o sector das microfinanças não está totalmente integrado no chamado sistema financeiro formal, desta forma as IMF, que não se encontram dependentes de ajudas externas, estão parcialmente isoladas do contágio que está a atacar os mercados financeiros. Como resultado, a actividade das microfinanças em países em desenvolvimento são menos afectadas pela crise financeira ou por flutuações regionais no sistema financeiro. Estes países viram, por outro lado, a crise afectar em particular as seguintes áreas: quebra das exportações, redução nos fluxos financeiros e por fim a diminuição dos consumidores nos mercados financeiros domésticos, acabando por aumentar o número de clientes do microcrédito. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009)

### **3.3.2. A Crise e os seus efeitos no microcrédito**

Segundo Huijsman S. (2011), os efeitos da crise nas microfinanças tornaram-se mais relevantes quando estas passaram a ser uma parte importante dos sistemas financeiros locais nos países em desenvolvimento e quando os investidores comerciais, que são geralmente mais preocupados com o risco dos seus investimentos, aumentaram os seus investimentos neste sector.

As Instituições de Microfinanças têm uma natureza regional, desta forma são mais afectadas por acontecimentos locais do que por tendências macroeconómicas, às quais demonstram ter alguma resistência. (Hamilton, et al., 2008) Embora, a indústria das

microfinanças esteja actualmente mais ligada ao sistema financeiro global do que no passado, o desempenho das IMF ainda está, até certo ponto, separado dos mercados internacionais e das condições macroeconómicas que afectam o desempenho das instituições financeiras convencionais. Em muitos dos casos, as instituições de microfinanças passaram a ser financiadas pelos depósitos de poupanças dos mais pobres, ou seja, daqueles que utilizam os serviços financeiros. Como resultado, as microfinanças devem ser imunes à natureza das finanças internacionais e da crise económica. Isto explicaria porque é que as microfinanças continuam a crescer ininterruptamente. Podemos afirmar esta situação porque os mais pobres continuam a apoiar-se nestes empréstimos e a maioria das IMF's já não se encontra dependente de doadores, logo o seu fluxo de ajuda não abrandou. (Constantinou & Ashta, 2011)

As IFM que conseguem ter maiores receitas, são capazes de resistir a uma possível diminuição do seu financiamento externo. (Constantinou & Ashta, 2011) Além disso nos países em desenvolvimento as inovações que o sistema financeiro invoca, como novos sistemas *upgrades* de serviços, têm tido algumas resistências, e este facto torna o sistema financeiro destes países mais resistente a crises e menos vulnerável à ruptura, porque estão ainda menos ligados aos sistemas financeiros internacionais, acabando por serem sistemas financeiros mais atrasados a nível de sistemas e serviços. (Culpeper, 2012)

Apesar do sector das microfinanças ser conhecido pela sua adaptabilidade e sobrevivência às crises financeiras do passado, a crise financeira actual está a testar a resistência das IMF. Nos dias actuais as IMF estão mais ligadas aos mercados financeiros internacionais, para se optimizarem e formalizarem cada vez mais as suas operações. Elas não irão ultrapassar a crise sem ter de suportar algumas perdas, mas

estas serão relativamente menores quando comparadas com as das instituições financeiras. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009)

Por outro lado, a actual crise financeira mundial é diferente por causa da sua natureza global – a ajuda humanitária não se encontra disponível em grande escala. (Dokulilova, Janda, & Zetek, 2009) Uma das medidas mais importantes, para fazer frente a esta situação será a de otimizar as IMF que ainda não obtêm o sistema de depósitos para continuarem a tentar tornar-se licenciados e para desta forma captar depósitos e conseguirem uma maior independência financeira, e assim criar-se um sistema cada vez mais resistente as crises mundiais ou locais. (Srnc, Výborná, & Havrland, 2009)

Em tempos de crise económica outra medida importante para as IMF reside na aplicação das chamadas “Boas práticas” para aqueles que contraem os seus empréstimos. Estas práticas passam pelos clientes compreenderem os seus termos de empréstimos, e avaliar a capacidade de reembolso para proteger os mutuários.

Também se torna importante o fortalecimento dos padrões legais, nomeadamente através da generalização dos mesmos às diversas agências de crédito, procurando assim princípios de governança corporativa e de comunicação oportuna realizada numa base padrão. Estas medidas contribuiriam também para evitar a dinâmica da recessão, ao mesmo tempo limitando os picos de taxa de empréstimo. (Bella, 2011)

De acordo com algumas pesquisas recentes, descobriu-se que a procura pelos serviços prestados pelas IMF`s continuou a aumentar, mesmo nos períodos de crises económicas.

A justificação está no facto da população ver nestas instituições de microfinanças uma estrutura mais sólida e segura durante os períodos de crise, sendo que, ao mesmo tempo, acabam por ser economicamente mais vantajosas para a população, o que acabou por levar muitas partes da população, a substituir os sistemas financeiros que utilizavam pelos serviços das IMF`s. (Nikoloski, November 2011) A implementação dos

programas de microcrédito baseia-se no reconhecimento do seu potencial para implementar uma estratégia global, para a gestão de crises; da pobreza global e da crise do capitalismo. É importante compreender que estas crises não se desenrolam de uma forma independente uma da outra, a pobreza é, e sempre será, uma relação social do capitalismo, por muito que o mundo moderno realize um combate eficaz contra a pobreza, esta iria sempre existir em algum lado, em alguma parte da população em menor escala. (Weber, 2004)

## **4. O caso prático de Moçambique**

### **4.1. Situação económica e social**

Moçambique situa-se no continente Africano e este é considerado, economicamente, o continente mais subdesenvolvido do mundo, mas as economias dos seus países parecem estar a melhorar. Em África o sistema bancário consiste em bancos centrais e instituições de depósito e estes estão, tecnicamente, fora do controlo do governo. (Allen, Otchere, & Senbet, 2011) No continente africano os países encontram-se sem acesso aos serviços financeiros mais básicos, como a poupança, crédito e os seguros. Desta forma, os países africanos encontram-se à margem das oportunidades económicas, e com pouca esperança em otimizar o seu potencial. Neste sentido, os agiotas acabam por ser vistos como um benefício para a sociedade, uma vez que estes executam serviços que não se encontram disponíveis para todos. (Allen, Otchere, & Senbet, 2011)

Ao observarmos o ranking do desenvolvimento humano estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Moçambique encontram-se na 184ª posição, num total de 187 países presentes, apesar do país ser considerado como uma das

economias emergentes no continente Africano. Relativamente à sua competitividade, Moçambique também não se encontra bem posicionado onde, pelo 3º ano consecutivo, caiu no índice de competitividade global do Fórum Económico Mundial, da 131ª posição em 2011 para 138ª posição em 2013, entre os 144 países presentes neste ranking. (African Economic Outlook, 2013)

Apesar dos serviços financeiros em África não atingirem centenas de milhões de africanos, este mesmo continente tem o maior número de países com estratégias de microfinanças ou políticas de financiamento em vigor. (Helmore, Chidiac, & Hendricks, 2009)

Observando isoladamente o caso de Moçambique, pode-se verificar que, apesar do seu crescimento económico elevado e sustentado ao longo de uma década, a economia não sofreu alterações estruturais significativas, o que limita a sua capacidade de reduzir de forma sustentável a pobreza no país e promover assim o desenvolvimento humano, que continua a ser um dos mais baixos no mundo. (African Economic Outlook, 2013)

O seu rendimento *per capita* foi de 960 dólares, em 2011. Este valor tem vindo a aumentar de ano para ano mas, por outro lado, cerca de 54,7% das famílias moçambicanas continuam a viver abaixo da linha da pobreza. (The World Bank )

A economia informal tem um grande peso no país, com isto queremos dizer que uma parte da economia não contribui com impostos para o Estado. (African Economic Outlook, 2013) Entre 2011 e 2012 o PIB teve um crescimento de 0,1%, devido ao aumento da produção de carvão, e com a implementação de grandes projectos de infraestruturas, sendo que o PIB cresceu cerca de 7,4% para valores a rondar os 14 Biliões de dólares. (The World Bank )

Nos anos de 2010 e 2011, o Banco de Moçambique aplicou uma política monetária restritiva, o que produziu dois tipos de resultados, positivos e negativos: se, por um

lado, a inflação diminuiu significativamente de 16,6% em 2010 para 2,7% em 2012, por outro lado, o crédito, atingiu uns escassos 3,5% em Novembro de 2011. Devido aos impactos negativos da apertada política monetária, o sistema bancário reduziu em 3,5% o número de empréstimos e as taxas de remuneração dos depósitos em 50%, no ano de 2012. Neste ano, a inflação atingiu o mínimo histórico de 2,7%, proporcionando ao Banco Central alterar a sua política monetária tornando-a mais expansionista, visando assim a expansão do crédito a grande parte da população. (African Economic Outlook, 2013)

Se observamos o PIB de Moçambique, verificamos que ele se encontra, em grande parte, dependente da exploração de recursos naturais, ou seja, encontra-se concentrado num número reduzido de projectos, em particular de carvão, gás e alumínio. Estes projectos determinam grandes fluxos de IDE<sup>10</sup>, que têm vindo a impulsionar o crescimento económico, mas este não tiveram um impacto significativo sobre as receitas públicas, na criação de emprego e na diversidade económica. Também se esperam mais investimentos no sector da energia, com o objectivo de aumentar o acesso à energia eléctrica de 20,7% da população em 2012 para 24,1% em 2013. (African Economic Outlook, 2013)

Importa destacar que de acordo com o Banco Mundial, a indústria extractiva, emergente em Moçambique, poderá fornecer os meios necessários para que este possa alcançar o estatuto de um país de rendimento médio, até o ano de 2025.

O governo ao optar por aumentar a cobrança de impostos, conseguiu fazer crescer as receitas internas de 15,9% em 2009 para 19,4% do PIB em 2012. O plano de acção aprovado pelo governo para a redução de pobreza, deverá aumentar de 66,9% para

---

<sup>10</sup> Investimento Directo Estrangeiro

71,5% da despesa total, graças ao aumento das receitas proporcionado e também contando com a ajuda adicional do Banco Mundial. (African Economic Outlook, 2013)

No que diz respeito às exportações, estas caíram 10,5% no ano de 2012, especialmente no caso do camarão, da madeira e da castanha de caju. O algodão e o açúcar foram as excepções, já que devido aos preços mundiais de exportações favoráveis, registaram aumentos nas exportações de 20,4% e 14,7% respectivamente. No que diz respeito as importações, verificou-se em 2000 que uma grande parte significativa foi originária da Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC).

Em particular, Moçambique importa grande parte dos seus bens alimentares da África do Sul. Em 2011 as importações originárias de África do Sul foram equivalentes a 37% do total das importações: dos Países Baixos as importações rondaram os 10%, da China 6%, da Índia 4,1% de Portugal 4% e de Bahrain 4%. (African Economic Outlook, 2013)

#### **4.2. Moçambique e os Objectivos do Milénio**

Em Moçambique a taxa de pobreza continua a ser muito preocupante, sendo que a mesma tem uma taxa de cerca de 60% para a linha de pobreza de 1 USD/dia e de cerca de 82% para a linha de pobreza de 2 USD/dia. Desta forma, o risco de cair na pobreza, até mesmo para aqueles não considerados pobres em Moçambique, é alto. (African Economic Outlook, 2013)

Moçambique apresenta diversos indicadores que ainda se encontram afastados dos propostos pela ONU no âmbito dos Objectivos do Milénio. Apesar disso, em relação ao acesso à educação primária universal, este objectivo encontra-se susceptível de ser alcançado até 2015. Em 2012 já se verificava que a taxa líquida de alunos matriculados no ensino primário superava os 77%, comparados com 64,5% de 2009, sendo que as

previsões apontam para que esta continue a aumentar. (African Economic Outlook, 2013)

Relativamente à redução da mortalidade infantil, podemos observar que Moçambique tem potencial para atingir a meta proposta pela ONU, de 67 mortos por 1000 nados vivos em crianças menores de 5 anos e 108 mortos por cada 1000 nados vivos em crianças menores de um ano, até 2015. Em Moçambique os números mostram que a mortalidade de dados vivos menores de 5 anos de idade diminuiu de 219 para 178 por cada 1000 nados vivos, e a taxa de mortalidade neonatal desceu de 59 para 48 por cada 1000 nados vivos. Ainda na saúde verificamos que programas de vacinação são lançados para se combater diversas doenças que atingem o país. A taxa de pessoas infectadas com o vírus da SIDA manteve-se nos 11,5% a nível nacional, mas têm ocorrido algumas melhorias. (African Economic Outlook, 2013)

De acordo com o objectivo da procura pela igualdade de géneros, Moçambique está a realizar esforços para alargar as possibilidades de participação das mulheres que, neste momento, correspondem a 52% da população do país em questão.

As diversas avaliações do impacto das estratégias de redução da pobreza anteriores, indicam que a pobreza se manteve inalterada de 2005 a 2009. Um dos principais motivos reconhecidos nas avaliações residiu no facto dessas estratégias não terem priorizado a agricultura e o emprego, situação essa que está a ser actualmente alterada, dando prioridade à agricultura e á empregabilidade da população. (African Economic Outlook, 2013)

Em suma, percebemos que as disparidades encontradas neste país continuam a ser um desafio, apesar de problemas como a educação a redução da mortalidade e o combate as diversas doenças que atingem o país, estarem a surtir efeitos positivos. Por outro lado, a pobreza e conseqüentemente a fome, são um problema mais grave e que levantam

maiores dificuldades na sua resolução havendo, no entanto, acções já definidas para tentar reduzir os números preocupantes.

#### **4.3. A influência do microcrédito.**

Em Moçambique, as microfinanças apareceram em meados de 1990. (Athmer & Vletter, 2006) As taxas de juros praticadas pelas IMF em 1990, eram mais ou menos as mesmas que as que o bancos comerciais praticavam. (Vletter, 2006) Só viram o seu regulamento ser aprovado em 2004, embora as instituições já exercessem essa actividade antes. Após a aprovação do regulamento, registaram-se de imediato 45 IMF.

Em África as microfinanças foram organizadas num ambiente informal. O microcrédito tem experimentado um crescimento elevado nos últimos anos e está a tornar-se num importante motor para o desenvolvimento das economias africanas, continuando a desempenhar um papel fundamental como ferramenta financeira no continente. Os governos acreditam que o estabelecimento de instituições de microcrédito podem ajudar a construir a base da economia e com isto aumentar o PIB dos seus países. (Allen, Otchere, & Senbet, 2011) Em diversos países africanos o próprio governo apoia o desenvolvimento e o crescimento das IMF, pois têm noção que o acesso ao crédito por parte das pequenas empresas é um grande problema na região e é por este motivo que os governos criaram instituições que ajudam na instalação das microfinanças em cada região. (Allen, Otchere, & Senbet, 2011) Apesar desta ajuda, podemos verificar que dos operadores de IMF existentes apenas três programas de crédito (CMMEA, Fos-Chitima, Assoc. Progresso) a operar de forma exclusiva nas zonas rurais de Moçambique. (Vletter, 2006)

Em Moçambique o sector financeiro encontra-se pouco desenvolvido, cerca de 90% dos moçambicanos não possuem uma conta aberta numa instituição financeira formal, e

acredita-se que o crédito formal esteja disponível para apenas 3% da população. (African Economic Outlook, 2013)

Em Junho de 2004, verificou-se que havia 52,01948 clientes do microcrédito em Moçambique com uma carteira total em dívida de US \$ 11,2 Milhões. (Athmer & Vletter, 2006) Concomitantemente as instituições de microfinanças (IMF) em Moçambique continuam em expansão, com 19 novas instituições registadas em 2012, elevando o seu total para 166 IMF's. (African Economic Outlook, 2013)

Os beneficiários do microcrédito estavam distribuídos uniformemente entre homens e mulheres, sendo que 52,6% das mulheres e 47,4% dos homens utilizavam os serviços do microcrédito. (Vletter, 2006) As agências de cooperação terão contribuído com mais de 24,74 milhões de euros, dos quais 82% foram para apoiar as IMF e 18% para o seu desenvolvimento. Desconhece-se o valor global dos financiamentos das instituições multilaterais às IMF, sabendo-se apenas que contribuíram com 28,9 milhões de euros para o microfinanciamento rural. (Dias & Psico, 2008)

As IMF em Moçambique têm crescido rapidamente ao longo dos anos mas é um sector cada vez mais comercial, afastando-se do combate a pobreza como principal foco. (Athmer & Vletter, 2006) Desta forma o desempenho social vai deixando de ser o ponto forte das IMFs que actuam em Moçambique. Na sua maioria o objectivo está mais direccionado para gerar receitas, do que para combater a pobreza. Ou seja, as IMF funcionam predominantemente como instituições bancárias “normais”, deixando de trabalhar para aqueles que deveriam ser o seu segmento alvo. (Dias & Psico, 2008)

Para alterar esta situação é necessário desenvolver infra-estruturas básicas de electricidade e telecomunicações que permitam que as IMF e outras instituições de serviços se instalem fora dos grandes centros. Deve também haver uma diferenciação dos incentivos e isenções às IMF com maior desempenho social, designadamente as que

se instalem nas zonas rurais. (Dias & Psico, 2008) No ano de 2005, a política nacional de propostas e estratégias para as Microfinanças estipulou alguns objectivos: Utilizar o microcrédito como um meio gerador de renda, contribuindo assim para a situação macroeconómica do país. E apresentar as microfinanças como uma oportunidade de negócio para os investidores. (Vletter, 2006)

O banco de Moçambique, como órgão regulador e supervisor, tem o papel de aprimorar o quadro legal e regulamentar, bem como capacitar o seu pessoal de maneira a fazer face à emergente indústria microfinanceira e a impulsionar a “bancaização”, sobretudo nas áreas rurais. (Dias & Psico, 2008)

#### **4.4. O impacto da crise no microcrédito em Moçambique**

Em África a crise ainda não teve um grande impacto devido à natureza subdesenvolvida dos seus mercados financeiros, mas o motor do crescimento começa a ser afectado pelo declínio das exportações. Prevê-se que o impacto da crise a médio/longo prazo venha provavelmente a ser maior. (Allen, Otchere, & Senbet, 2011) O próprio sector bancário formal mostrou resiliência à crise bancária Europeia, mostrando-se resistente à mesma.

Por um outro lado estima-se, que em Moçambique, a ajuda externa diminua para 32,8% em 2013, face a 40% em 2012. Países como a Holanda e a Bélgica declararam que deixarão de fornecer apoio orçamental de 2013 em diante. Deste modo, com a diminuição da ajuda externa em Moçambique, o governo viu-se obrigado a expandir as redes de segurança social e a exigir o reforço do quadro institucional de modo a aumentar a arrecadação de receitas, com o objectivo de diminuir as dificuldades atravessadas no país. (African Economic Outlook, 2013)

O financiamento dos doadores para o investimento público caiu para 6,4% do PIB em 2012 em comparação a 9,8% do PIB em 2011. Desta forma podemos verificar que a crise financeira internacional, afectou as doações externas, fazendo com que as mesmas diminuíssem o que pode afectar as IMF's que dependem desses doadores. (African Economic Outlook, 2013)

## 5. Síntese

### 5.1. Principais Conclusões

Este estudo forneceu uma ligação entre a crise financeira mundial e o microcrédito em Moçambique. Inicialmente começou-se por analisar a pobreza, como indicador central do estudo presente. Nesta medida verificou-se que a pobreza é um problema dominante do mundo moderno. Em 2001 a pobreza dominava a vida de 1 bilião de pessoas. Considerando estes números, a tentativa de alterar esta situação tornou-se urgente.

Por forma a se enfrentar este problema, a ONU, juntamente com mais 189 Estados Membros, criou aquilo que nós conhecemos como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estes objectivos levaram os países a tomarem medidas de cooperação por forma a combaterem os problemas económicos e sociais descritos nos ODM que dominam inúmeros países. Nesta declaração dos ODM, são encontrados e explicados os 8 objectivos que visão colmatar os reais problemas que dominam a actualidade.

Por cada um desses objectivos, foram propostas diversas metas a serem atingidas num determinado espaço de tempo. Estas metas esperam ajudar a resolver situações como a pobreza e a fome, a mortalidade infantil, a desigualdade entre os géneros, a saúde materna, a propagação de doenças como a SIDA e a malária, a sustentabilidade ambiental e a união global para o desenvolvimento, que também entram nos objectivos que a ONU espera atingir.

No decorrer da pesquisa verificou-se que o sistema financeiro era efectivamente um obstáculo, tendo em conta que os países criaram um sistema financeiro que não aceita correr riscos e exclui pessoas sem garantias dos seus serviços, sendo que cerca de dois biliões de adultos se encontram excluídos do actual sistema financeiro formal. Esta situação verifica-se devido ao elevado grau de risco que essas pessoas representam e o

custo que os seus empréstimos iriam gerar para as instituições, onde o lucro não iria ser suficiente para aceitar o apoio desses pedidos de crédito. No seguimento deste fio condutor, verificou-se que este era um problema e não estava a ajudar a alcançar as metas às quais os países se propuseram.

Foi na Índia, que o Microcrédito apareceu, e com ele a esperança de alterar esta situação, ultrapassando com a sua ajuda a pobreza que ataca inúmeras pessoas.

Assim a solução encontrava-se no Microcrédito, ou seja, em empréstimos de montantes unitário e reduzidos emprestados a entidades individuais ou colectivas, sem solicitar garantia, em que o seu público-alvo seria a população mais carenciada. Para além do crédito que estas instituições oferecem, este seria acompanhado por um programa educativo que acabava por tornar os investimentos que essas pessoas faziam mais rentáveis. Mais do que reaver o dinheiro, este programa sustenta-se no sucesso dos seus clientes, criando um ciclo virtuoso onde se gera mais emprego e mais riqueza para essas comunidades.

O microcrédito encontra-se inserido dentro daquilo que é um conjunto de ferramentas de Microfinanças, que são constituídas por vários serviços, sendo o microcrédito um deles, como são também os seguros, serviços transaccionais e programas de poupança. Neste sentido começaram a aparecer instituições de microfinanças, que são compostas por três tipos, as instituições informais, semiformais e formais. No entanto o combate à pobreza não é o principal objectivo destes três tipos instituições onde, por exemplo, as instituições formais preocupam-se mais com a obtenção de receitas, através das suas operações.

Os programas de microfinanças quando implementados nos países, contam com doadores internacionais para se implementarem e obterem os primeiros clientes, logo podemos admitir o principal impulsionador de todas as filiais passa pela ajuda externa.

A dependência que as IMF encontram nos doadores externos levanta um problema, quando nos deparamos com, cada vez mais, crises económicas que acabam por ter um carácter viral e que atacam continentes em efeito dominó. Tendo em conta esta situação, tornou-se necessário procurar soluções para as instituições de microfinanças subsistirem por elas próprias. A solução pode passar pela diversidade de serviços que estas instituições podem oferecer, levando os seus clientes de crédito a optarem também por outros serviços que lhes possam ser úteis, como a poupança e os seguros.

Observando agora o nosso caso de estudo, Moçambique, encontramos um país que tem em si muitas limitações para conseguir reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento humano. Apesar do país apresentar um PIB que se encontra em constante crescimento, todas as outras estruturas do estado são limitadas. Ao estudarmos o sistema financeiro de Moçambique, verificamos que 90% da população não possui conta bancária, e o crédito encontra-se disponível para apenas 3% da população, apesar do governo tentar explorar políticas expansionistas de crédito.

A crise financeira internacional fez-se notar neste país quando as exportações começaram a diminuir, mas em todos os outros sentidos, países como Moçambique ainda se encontram afastadas dos mercados globais, acabando por ficarem mais protegidos dos acontecimentos mundiais.

Não obstante e de acordo com aquilo que já verificamos anteriormente, com a dependência de doadores externos, Moçambique não ficou de fora desta crise porque, independentemente do país, esses doadores acabam por ser afectados pela crise das suas próprias economias e acabam por não poder continuar a financiar estes projectos de ajuda internacional. Pode-se então concluir que, no caso prático de Moçambique, verificou-se um decréscimo das ajudas internacionais, mas também verificou-se que as

IMF no país têm uma tipologia mais formal, ou seja, funcionam mais como bancos, focando-se em arrecadar receitas, em detrimento de combater a pobreza.

Concomitantemente, em Moçambique o decréscimo das doações pode não ser tão prejudicial como em outros países, isto porque a maioria das instituições não procuram cumprir o seu real objectivo.

Apesar desta situação parecer mais benéfica, no ponto em que as suas instituições não são muito prejudicadas pela quebra de doações, acaba por não ser tão valorizada, quando o real objectivo das IMF, em Moçambique, não esta a ser cumprido. Assim sendo, esta realidade faz com que aqueles que mais precisam de um sistema financeiro, feito para os ajudar, acabem por ficar excluídos.

## **5.2. Investigação Futura**

Para futuros estudos, podemos procurar a influência do microcrédito e da crise em outros países em África, por forma a se verificar se o papel das IMF em África está a ser aplicado como devia e para quem devia ou se, pelo contrário, existem escapatórias ao objectivo primordial.

## Referências bibliográficas

- African Economic Outlook*. (2013). Obtido em 11 de Junho de 2013, de <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/>
- Aghion, B. A., & Morduch, J. (2004). "Microfinance: Where do we stand?". *Goodhart, C, (ed.)* .
- Allen, F., Otchere, I., & Senbet, L. (2011). "African financial systems:A review". *Science Direct* , p. 79 -113.
- Anti-Pobreza, E. –R. (2012). "*Indicadores sobre a pobreza- Dados Europeus e Nacionais*". Porto: EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Associação Portuguesa de Bancos* . (s.d.). Obtido em 5 de Abril de 2013, de [http://www.apb.pt/sistema\\_financeiro/o\\_que\\_e](http://www.apb.pt/sistema_financeiro/o_que_e)
- Athmer, G., & Vletter, F. (2006). The Microfinance Market in Maputo, Mozambique: Supply, Demand And Impact. A Case study of NovoBanco, Socremo and Tchuma.
- Ayayi, A. G., & Sene, M. (2010). What Drives microfinance institution`s financial sustainability. *The Journal of Developing Areas Vol. 3* , p. 303-324.
- Balkenhol, B. (2008). "*The impact of the current financial crises on microfinance*". *Finance & bien commun: revue d`ethique en économie et finance. - Bruxelles: De Boeck. Vol. 31/31 (2/3)*, 79-83
- Barr, M. S. (2005). "Microfinance and Financial Development". *Program in Law and Economics Archive: 2003-2009* .
- Bateman, M., & Chang, H.-J. (2001). "*The Microfinance Illusion*".
- Bella, G. D. (2011). The impact of the global financial crisis on microfinance and policy implications. *IMF Working Paper* , p. 3 - 36.
- Benbasat, I., Goldstein, D., & Mead, M. (1987). The Case Research Strategy in Studies of Information Systems. *MIS Quarterly* , pp. 369-386.
- Benston, G. (1972). Economies of Scale of Financial Institutions . *Journal of Money, Credit & Banking* .
- Brand, D. (2012). "*The Asset Class of Microfinance During the Financial Crisis*".
- Buckley, G. (1997). "Microfinance in Africa: Is it Either the Problem or the Solution?". *World Development, Vol 25, No. 7* , p. 1081 - 1093.
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas*. (s.d.). Obtido em 6 de Junho de 2013, de <http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>

- Chowdhury, A. (2009). Microfinance as a poverty reduction tool - a critical assessment. *DESA Working Paper No. 89* .
- Constantinou, D., & Ashta, A. (2011). "Financial Crisis: Lessons from Microfinance". *Wiley Online Library* , p. 187 - 203.
- Culpeper, R. (2012). "Financial Sector Policy and Development in the wake of the global crisis: the role of national development banks". *Third World Quarterly, Vol. 33, No. 3* , p. 383–403.
- Dias, J. F., & Psico, J. A. (2008). "O desempenho social das instituições de microfinanças em Moçambique". *Economia Global e Gestão v.13 n.2* , p. 43-59.
- Dieckmann, R. (2007). "*Microfinance: An emerging investment opportunity*".
- Dokulilova, L., Janda, K., & Zetek, P. (2009). "Sustainability of microfinance institutions in financial crisis". *Munich Personal RePec Archive* .
- Dossey, L. (2007). The Peasant and the Professor: On Trust, Microcredit, and World Poverty. p. 433 - 444.
- Hamilton, S. M., Liddell, L., Young, M., Shaw, P., Garcia, A., Khan, A., et al. (2008). "*The Microfinance Sector: Its Success could be its biggest risk*". Fitch Ratings Know Your Risk.
- Helmores, K., Chidiac, S., & Hendricks, L. (2009). "Bringing Financial Services To Africa's Poor". *Access Africa* , p. 3 - 143.
- Hermes, N. (2011). Microfinance: Its impact, outreach, and sustainability. *World Development Vol. 39, No. 6* , p. 875 - 881.
- Hermes, N., & Lensink, R. (2007). The Empirics of microfinance: What do we know? *The Economic Journal, 117 (February), F1–F10* .
- Huijsman, S. (2011). "The impact of the current economic and financial crisis on microfinance". *Investments and Regulation in Microfinance* (pp. p. 8-10). Frankfurt: Frankfurt School of Finance & Management.
- IED . (2010). "*Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*".
- Lavinhas, L. (2003). Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. (pp. p. 25 - 59). *Econômica, V. 4, n. 1* .
- Littlefield, E., & Kneiding, C. (2009). The global financial crisis and its impact on microfinance. *Focus Note No. 52* .
- Malik, K. (2013). *Human Development Report 2013*. New York: United Nations Development Programme.
- Milana, C., & Ashta, A. (2012). *Developing Microfinance: A Survey of the Literature*.
- Morduch, J. (2000). "The Microfinance Schism". *World Development Vol. 28, No. 4* , p. 617-629.

Nikoloski, Z. (November 2011). Impact of Financial Crises on Poverty in the Developing World: An Empirical Approach. *Journal of Development Studies*, Vol. 47, No. 11 , p. 1757–1779.

Reddy, Y. V. (2009). "*Regulation of Financial Sector in Developing Countries: Lessons From the 2008 Financial Crisis*". New York: Initiative for Policy Dialogue .

Rocha, A., & Mello, R. C. (2004). *O desafio das microfinanças*. MAUAD.

Sinclair, H. (2012). *Confessions of a microfinance heretic- How microlending lost its way and betrayed the poor*. Barrett-Koehler.

Srncic, K., Výborná, M., & Havrland, B. (2009). "Microfinance in developing countries and financial crisis". *Agricultura Tropica et subtropica* Vol. 42 (4) .

*The World Bank* . (s.d.). Obtido em 11 de Junho de 2013, de <http://www.worldbank.org/>

*The World Bank* . (s.d.). Obtido em 8 de Maio de 2013, de <http://www.worldbank.org/pt/country/mozambique>

Torre, J. D., Giné, X., & Vishwanath, T. (2011). "After the Microfinance Crisis". *The World Bank* , p. 1-14.

Vletter, F. (2006). *Microfinance in Mozambique Achievements, Prospects & Challenges*.

Weber, H. (2004). The 'new economy' and social risk: banking on the poor? *Review of International Political Economy* 11 , p. 356–386.

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed). *SAGE Publications* .